



COMISSÃO NACIONAL  
DE PROTECÇÃO DE DADOS

Proc. n.º 1977/06

1043  
AUTORIZAÇÃO N.º /2006

1. A **Pingo Doce (Lisboa – Restelo) – Distribuição Alimentar, SA** veio notificar o tratamento de videovigilância a realizar nas suas instalações.

A entidade declara que não existe Comissão de Trabalhadores

Através da deliberação n.º 61/2004, de 19 de Abril<sup>(1)</sup>, a CNPD estabeleceu os princípios sobre tratamento de dados de videovigilância.

Na apreciação das condições de tratamento de videovigilância pela entidade responsável importa dar especial atenção aos aspectos relativos à pertinência e ao princípio da proporcionalidade (artigo 5.º n.º 1 al. c) da Lei 67/98, de 26 de Outubro), condições de legitimidade (artigos 7.º e 8.º n.º 2 da Lei 67/98), bem como às formas de acesso aos dados recolhidos pelos sistemas de videovigilância.

Efectivamente, justifica-se que sejam utilizados estes meios de prevenção nas instalações da empresa no âmbito da protecção de pessoas e bens na medida em que se trata de local de movimento de pessoas, onde pode haver furto de produtos, valores e agressões entre pessoas.

Relativamente ao princípio da proporcionalidade justifica-se a utilização de sistemas de videovigilância neste sector de actividade na medida em que os direitos dos titulares não se devem sobrepor à execução de uma finalidade legítima que deve ser reconhecida ao responsável. No entanto, o tratamento de imagens deve obedecer a certas condições específicas.

2. Verifica-se que a utilização do sistema agora notificado se destina a assegurar a *«protecção de pessoas e bens»*.

<sup>(1)</sup> Disponível in <http://www.cnpd.pt/bin/orientacoes/principiosvideo.htm>



COMISSÃO NACIONAL  
DE PROTECÇÃO DE DADOS

Em face da finalidade, afigura-se-nos que o tratamento se apresenta como adequado, pertinente e não excessivo em relação à finalidade (artigo 5.º n.º 1 al. c) da Lei 67/98).

Pretende-se com este tratamento assegurar a *prevenção e dissuasão da prática de actos ilícitos* – tarefa que é desempenhada na prossecução do interesse público, em complementaridade e subsidiariedade face às competências das forças e serviços de segurança – podendo a informação recolhida vir a ser utilizada como prova da infracção.

As imagens não podem servir para controlo do desempenho profissional dos trabalhadores (cf. artigo 20.º do Código do Trabalho)<sup>(2)</sup>.

*Considera-se, por isso, legítimo o tratamento – autorizando-se a recolha de dados (artigo 8.º n.º 2 e 28 n.º 1 al. a) da Lei 67/98) – devendo ser observadas, ainda, as seguintes condições:*

1. **Responsável pelo tratamento** – Pingo Doce – Distribuição Alimentar, SA
2. **Finalidade** – Protecção de pessoas e bens.
3. **Destinatários dos dados** – Os dados não podem ser transmitidos a terceiros e só podem ser utilizados nos termos da lei processual penal. Uma vez detectada a prática de infracção penal, a entidade responsável pelo tratamento deve – com a respectiva participação – enviar ao órgão de polícia criminal ou à autoridade judiciária competente as imagens recolhidas.
4. **Direito de Informação** – Deverá ser afixado, em local bem visível, um aviso que informe as pessoas sobre a recolha de som e imagem.
5. **Direito de acesso** – Admite-se, *excepcionalmente*, a visualização das imagens pelo responsável quando – *não havendo qualquer infracção penal* – os titulares dos dados tenham solicitado o «direito de acesso», nos termos do artigo 11.º da Lei 67/98. Podendo o exercício do direito de acesso por parte de determinado interessado envolver o acesso a dados de terceiros, o responsável

<sup>(2)</sup> No mesmo sentido ver Acórdão do STJ Processo n.º 3139/05 disponível in <http://www.cnpd.pt/bin/legis/juris/decisões/sindicato.pdf>

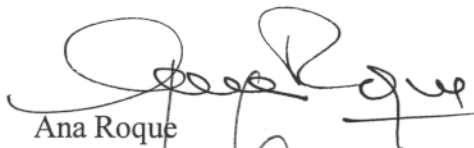


COMISSÃO NACIONAL  
DE PROTECÇÃO DE DADOS

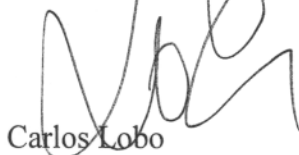
do tratamento deve tomar todas as medidas técnicas necessárias para ocultar/anonimizar as imagens de terceiros. Quando estiverem em causa imagens que sirvam de prova em processo criminal – imagens necessariamente sujeitas às regras do segredo de justiça – é aplicável ao exercício do direito de acesso o disposto no artigo 11.º n.º 2 da Lei 67/98 (prevenção ou investigação criminal) razão pela qual os pedidos de acesso devem ser encaminhados para a CNPD.

6. **Prazo de conservação** – Os dados recolhidos são conservados pelo prazo máximo de 30 dias.
7. As imagens não podem servir para controlo do desempenho profissional dos trabalhadores (cf. artigo 20.º do Código do Trabalho).
8. As câmaras não devem estar direccionadas para os terminais de pagamento (POS), sendo proibida a captação de imagens relativas à digitação dos “códigos” associados aos cartões de débito.

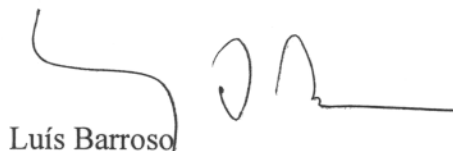
Lisboa, 15 de Setembro de 2006



Ana Roque



Carlos Lobo



Luís Barroso



Eduardo Campos



Luís Lingnau da Silveira (Presidente), que relatou.